



Centro Universitário Presidente Antônio Carlos
UNIPAC Barbacena

Aos 02 dias do mês de Dezembro, do ano de 2020, às 20:40 hs, no ambiente virtual de aprendizagem, cujo suporte foi fornecido pela empresa Google Meet™, reuniu-se a banca examinadora composta pelos professores: Rodrigo Torres Oliveira, Ivana Deould e pelo psicólogo Leandro Elias, a fim de proceder à avaliação da apresentação do trabalho de conclusão de curso de Psicologia do(s) aluno(s) **Ibrandina Cristina de Melo**, regularmente matriculado(s) sob número(s) 161-003150. O trabalho, orientado pelo Professor Márcio de Campos teve como título: “ **Lugar de fala enquanto locus social: uma análise do racismo estrutural**”.

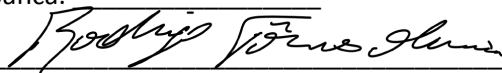
Ao final da apresentação, a banca deliberou e fez as seguintes considerações: Inserir a referência ao CFP;

Tendo atribuído ao(s) aluno(s) **a nota 95**, considerando-o(s) Excelente.

Sem mais considerações e para que produza seus efeitos legais, esta ata foi lavrada e vai assinada pelos professores avaliadores e pelos alunos avaliados.

Barbacena, 02 de dezembro de 2020.

Presidente da banca:



Componente da banca:



Helder Rodrigues Pereira assina pela Profa. Ivana Doud

Componente da banca:



Aluno:



Aluno:

LUGAR DE FALA ENQUANTO LOCUS SOCIAL: UMA ANÁLISE DO RACISMO ESTRUTURAL¹

Ibrandina Cristina de Melo^{*}

RESUMO

Diante do compromisso ético-político da Psicologia em combater as discriminações e opressões sociais, buscou-se problematizar o racismo, sua constituição e representações sociais e subjetivas a partir do conceito lugar de fala, na interface com a Psicologia Sócio-Histórica. Este estudo configura-se como uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, de caráter exploratório e de natureza qualitativa que se propõe a contribuir com a discussão sobre o tema. Para tanto, foi necessário apresentar os principais elementos constituintes da cunhagem dos conceitos de raça, das manifestações e vivências do racismo estrutural, em meio ao percurso sócio-histórico do processo de colonização e constituição da sociedade brasileira. A partir do constructo lugar de fala, sua demarcação enquanto locus social, tencionou-se a investigação do racismo enquanto processo sociológico e psicossocial, mesmo reconhecendo-o como fenômeno multifacetado e possível de ser analisado por diferentes aportes. Deste modo, visa-se contribuir para discussão sobre o tema, a partir de uma Psicologia crítica e reflexiva que se presta a evidenciar vozes daqueles que sempre foram objetos da fala branca, discurso este descolado de uma vivência carnal do preconceito e promotor de relações assimétricas de poder.

Palavras-chave: Racismo. Lugar de Fala. Psicologia Sócio-Histórica.

¹ TCC em formato de artigo, apresentado ao Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (FACEC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

^{*}Bacharela em Psicologia, licenciada em Ciências Biológicas – crismelobiologa27@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Código de Ética do Psicólogo (2005), em seus princípios fundamentais, demarca a responsabilidade da Psicologia, enquanto ciência e profissão, com o compromisso inalienável da defesa dos Direitos Humanos, materializada por meio de uma práxis problematizadora, reflexiva, crítica e combativa a toda e quaisquer formas de discriminação. Há de se considerar que não existe práxis sem teoria e, a partir do compromisso ético-político da Psicologia, está posta a necessidade da discussão acadêmica sobre os processos segregatórios constituídos por meio das relações assimétricas de poder. Tais relações devem ser analisadas enquanto produtos que só ganham sentidos práticos, semânticos e subjetivos se compreendidas a partir de suas constituições sócio-históricas. “Quando se concebe as questões sociais como naturais, apenas acompanha-se seus movimentos sem problematizar a possibilidade de transformação” (Bock, 2002).

O racismo é adoeceador no campo coletivo e individual, a segregação, enquanto produto social, cultural e histórico, demarca a vivência do sofrimento, este subjetivo, mas construído, como indicado por Bock, na aresta da subjetividade coletiva, entre o eu e o outro, o nós e o eles, na determinação da constituição social e subjetiva dos *outsider*.² promotores de *apartheid*, demarcam valoração de pessoas, em especial sob a alcunha do discurso racial, seja ele acadêmico ou prático.

Analisar a dimensão da constituição da valoração racial e suas implicações para os sujeitos e a sociedade remete, obrigatoriamente, um recorte vertical sobre o racismo, suas manifestações, nuances, alcances e determinantes. Tais determinantes sociais necessitam de conectores de

² Forasteiro de dentro, aquele que é tratado de forma diferente dentro de seu próprio território, mas que contesta essa posição de ser colocado às margens (Collins, 2016 apud Ribeiro, 2017).

saberes sociológicos, antropológicos e psicológicos para lançar luz aos fenômenos da discriminação racial e as relações de poder que os sustentam.

A partir das várias possibilidades de análise, escolhe-se neste estudo analisar o racismo anti-negro e suas manifestações nas relações sociais sob a perspectiva do silenciamento social e individual dos negros. Esta *não* fala ou a não escuta da fala negra é remetida em uma perspectiva histórica típica de uma sociedade escravocrata em que, ao negro, enquanto papel e função social, cabia escutar e, por consequência, obedecer. Tal dimensão, em um processo de constituição e representação de identidade demarcou e demarca, inclusive, o lugar da não enunciação do negro sobre si mesmo, ou, se enunciado, não escutado e valorizado, em especial, no campo acadêmico.

Conforme Ribeiro (2017), uma filósofa que se arvora a enunciar sobre os processos de racismo, fale-se do operador de lugar de fala para a compreensão do *locus* social, de onde todo indivíduo fala mediante as relações de poder hierárquicas. Falar para a autora está para além da emissão de palavras, diz respeito à existência digna, ou seja, enunciada, ouvida e considerada.

Essa visão conceituada por Ribeiro (2017) pretende explicar o *locus* social não a partir das vivências de um indivíduo, apesar de sua importância, mas o foco é análise das condições sociais que constituem o grupo social do qual o indivíduo que está falando faz parte e quais são as experiências que esse indivíduo compartilha enquanto grupo. Essa discussão tem uma dimensão sócio-histórica e, portanto, é sobretudo estrutural. De acordo com Almeida (2019) racismo é fruto da própria estrutura social, ou seja, diz respeito ao modo *normal* com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um distúrbio institucional. O racismo é estrutural.

Todos têm lugar de fala, e cada um fala a partir de sua localização social, e, por consequência, demarca em si e por si o próprio poder que

socialmente é conferido a fala de quem fala. Por isso, aqueles que pertencem ao grupo social hegemônico devem ter uma postura ética e se pensarem diante das hierarquias da sociedade.

A relevância desse tema vem da constatação da ausência de referenciais bibliográficos produzidos por grupos racializados em estabelecimentos de ensino, o que se pode chamar de racismo epistêmico. Ribeiro (2018) aponta que os trabalhos acadêmicos sobre questões raciais foram feitos por não negros porque o racismo impede que esse grupo tenha acesso aos espaços acadêmicos. Entretanto a grande questão é que se pessoas brancas continuarem falando sobre pessoas negras, a estrutura de poder que confere esses privilégios ao grupo branco não será superada. Almeida (2019) também aponta que é notável o desinteresse das instituições em promover espaços de fala, onde se discutam a desigualdade racial e de gênero.

Partindo do princípio que todo sujeito é social, indivíduo e sociedade estão atrelados, sendo necessário compreender o processo sócio-histórico que levou a constituição de raças inferiores e culminou na atual desigualdade racial. Lane (1989) aponta que a Psicologia Social concebe o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade, somente a partir desse conhecimento é possível compreender o homem enquanto produtor de história. De acordo com as Referências Técnicas para atuação dos psicólogos no tocante as relações raciais (CFP, 2017) teorias psicológicas foram utilizadas nesse processo, partindo da crença na raça biológica, adeptos de teorias eugenistas atrelaram características físicas a capacidade intelectual, moral e psíquica. O racismo desumaniza, e assim, desqualifica o tornar-se sujeito da sua própria história. Se não é sujeito não tem fala, portanto não há escuta. Só se existe enquanto sujeito na relação com o outro, através da alteridade. O clamor do grupo social negro por respeito é desvalorizado, não ouvido e tampouco considerado.

Diante do exposto, faz-se necessário compreender os processos sociológicos e psicossociais por trás do fenômeno do racismo, explanando o que é o poder, em especial através da linguagem como instrumento utilizado para perpetuar relações de violência e segregação. Apresentar um percurso sócio-histórico dos processos de colonização e de como essa compreensão é importante para se entender como os conceitos de raça e racismo foram construídos ao longo da história, e como os discursos e lugares de fala são construídos e representados demarcam a trajetória que se pretende articular para a compreensão do objeto desta pesquisa.

Para além de *evidenciar vozes*, este estudo se propõe a analisar a representação social do negro, sua constituição via discurso discriminatório, segregatório e promotor de sofrimento. A Psicologia reconhece o potencial terapêutico que há no discurso, porém o mesmo deve existir e encontrar uma escuta atenta a seu lugar de fala. Desta forma, busca-se com este projeto contribuir para que a própria Psicologia possa produzir um discurso mais humano sobre as representações raciais, diferentemente daquele que consta em seu passado, e, por consequência, colaborar para a construção de uma ciência e uma práxis atenta àqueles princípios fundamentais enunciados no Código de Ética Profissional do Psicólogo e sustentáculo deste discurso, deste lugar de fala também de uma acadêmica de Psicologia negra.

1 LINGUAGEM, UM CONSTRUTO SÓCIO-HISTÓRICO: DO SILENCIAMENTO À FALA

A partir das várias possibilidades de análise, escolhe-se nesse estudo analisar o racismo e suas manifestações nas relações sociais sob a perspectiva sócio-histórica do silenciamento social e individual dos negros através do construto *lugar de fala*. A hipótese da qual partiu-se para o

desenvolvimento desse trabalho é de que a partir do construto *lugar de fala*, sistematizado pela filósofa Djamila Ribeiro em seu livro “*O que é lugar de fala?*” é possível estabelecer um diálogo com a Psicologia Sócio-Histórica. Considerando a necessidade da discussão acadêmica sobre os processos segregatórios constituídos por meio das relações assimétricas de poder, propõe-se analisar os fenômenos da discriminação racial.

No intuito de compreender como *lugar de fala*, enquanto *locus* social, ajuda a elucidar os processos sociológicos e psicossociais por trás do fenômeno do racismo realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. O estudo utiliza referenciais teóricos da Psicologia Sócio-Histórica como Silvia Lane, Bader Sawaia, Maria Aparecida da Silva Bento e Grada Kilomba, mas vale ressaltar, que as duas últimas são pouco conhecidas no meio acadêmico. Essas estudiosas pensam lugar de fala, sem mencionar ou definir esse construto. Também recorreu-se a autores da Filosofia, como Djamila Ribeiro, que trouxe a principal conceituação do objeto desse trabalho e Silvio Almeida, que juntos, apresentam uma perspectiva social crítica a respeito dos processos de colonização. Bem como, autores como bell hooks, Neusa Santos Souza, Vigotski e Frantz Fanon, que analisam questões sociais por meio da linguagem enquanto constitutiva do sujeito.

Analisar o racismo, sua constituição e representações sociais e subjetivas, a partir do recorte desse trabalho, imperativamente, nos leva a conectá-lo, enquanto fenômeno prático e discursivo, à dimensão do lugar de fala. Esse construto conforme Kilomba (2008, 2019, p. 14) abarca, de forma crítica e histórica, a "dimensão política da linguagem em criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade." Deste modo, compreende-se então que o *locus* social diz também de uma experiência objetiva e subjetiva de um *lugar de fala*, sustentado pela linguagem, enquanto instrumento de mediação e simbolização social, das relações assimétricas de poder que estabelece lugares diferentes

para pessoas tidas socialmente diferentes. A enunciação discursiva, a linguagem, articula mais do que palavras, mas carregam em si sentidos históricos, sociais e culturais que semanticamente são sustentáculo do racismo, principal ferramenta social de sua manifestação e, por consequência, também potente fonte para a sua ressignificação.

Diante do exposto, buscou-se explicar o que é o poder, em especial através da linguagem como instrumento utilizado para perpetuar relações de violência e segregação. Como o proposto por Lane (1989) "a linguagem, enquanto produto histórico, traz representações, significados e valores existentes em um grupo social, e como tal é veículo da ideologia do grupo." Em uma sociedade racista, os signos linguísticos são veículo para a perpetuação do racismo. Fazendo com que sujeitos historicamente silenciados tenham sua existência negada enquanto indivíduos políticos, pois suas narrativas são invisibilizadas e emudecidas, quando buscam denunciar justamente esse silenciamento.

O silêncio dos marginalizados não é por falta de fala, mas por falta de ouvintes, ou seja, o grupo racial negro sempre teve o que falar, ensinar e principalmente denunciar, mas não tem encontrado no grupo racial branco respeitabilidade para sua fala. Quando pessoas negras falam sobre racismo, que é uma opressão social que elas vivenciam, não tem a mesma repercussão que uma pessoa branca falando sobre racismo. hooks (2019, p. 32-33) aponta que "a luta das mulheres negras não tem sido para emergir do silêncio para a fala, mas para mudar a natureza e a direção dessa fala, para fazer uma fala que atraia ouvintes", que tenha respeitabilidade social. Que seja considerada e valorada por ser um discurso humano e não a partir de quem o produz, em seus contornos de mistificação e segregação do enunciante.

De acordo com Vigotski (1962, 2000) "a função primária da linguagem é comunicar, relacionar socialmente, influenciar os circundantes tanto do lado dos adultos quanto do lado da criança." Assim, pode-se entender que para

Vigotski toda linguagem desde o princípio é puramente social (...). O autor ainda ressalta que a única forma de linguagem é a social, pois ela é a principal responsável pelo processo de socialização dos indivíduos, através dos signos compartilhados culturalmente, a mediação. O meio social constitui a linguagem e o próprio sujeito. Os indivíduos internalizam conteúdos racistas difundidos em nossa sociedade através da própria linguagem. Há uma implicação mútua entre indivíduo e meio social.

Silvia Lane versa sobre a importância de se analisar o *locus* social de onde emerge o discurso para se compreender a autoridade discursiva daquele indivíduo perante a sociedade, a autora não nomeia o conceito lugar de fala, mas é dele que esta sendo tratado. Nesse sentido, é possível saber se esse ato de fala terá respeitabilidade social ou não, será ouvido ou não, e se o próprio emissor é sujeito ou objeto do discurso.

Para conhecermos as representações sociais de um indivíduo é necessário, através dos atos ilocutórios explícitos e implícitos, definirmos o lugar que ele ocupa em relação aos outros (os que se "limitam" com ele), e através do discurso como seu espaço se constitui nesta relação, enquanto realidade subjetiva que se insere no real, socialmente representado e reproduzido em termos de "todo mundo". (LANE, 1989)

Bento (2002) fala sobre um conceito que ela chama de pacto narcísico da branquitude, que diz de um acordo inconsciente entre pessoas brancas para se premiarem, se aplaudirem e se protegerem, a fim de se manterem nos espaços de poder. Esse inconsciente, diz respeito, segundo Kaes (1997 apud Bento, 2002) "do fato de se nascer como membros de um grupo e por isso herda-se discursos, sonhos e recalcados de gerações precedentes, há uma transmissão intergeracional dos conteúdos inconscientes." Segundo esse pensamento os indivíduos brancos já nascem pertencentes a um grupo que se pensa historicamente como humanidade universal e isso é passado de geração em geração através de processos de socialização. Ribeiro (2017, p. 20)

converge com esse pensamento ao apontar que "ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais."

Kilomba (2008, 2019) aponta que "a negritude é sempre vista, mas é ausente. A branquitude nunca se vê, mas está sempre presente." É muito difícil para pessoas brancas se pensar enquanto brancas e vê que estão sempre ocupando espaços de destaque na sociedade. Como também é muito raro se questionarem sobre a falta da representatividade negra, o sujeito branco ainda não dá conta de abrir mão dos seus privilégios, não enquanto indivíduos, mas enquanto grupo social. Observa-se uma naturalização desses privilégios ou atribuição a meritocracia. Falar sobre consciência negra em novembro é muito bonito, mas ações concretas que realmente fazem a diferença são difíceis de serem colocadas em prática. Pessoas brancas estão acostumadas a achar *natural* a forma como as estruturas e as relações sociais se dão, de modo que eles estão sempre representando todo mundo como sujeitos universais. "A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e adoção de práticas antirracistas" (ALMEIDA, 2019, p. 52).

De acordo com o pensamento de Bento (2014, p. 149) "o debate em torno da discriminação racial só é aceito se o foco estiver sobre o negro, caso o debate envolva as relações raciais e, conseqüentemente, o branco, prontamente o debate é tido como alienado". Para a autora há uma indignação em relação a opressões de classe e gênero, mas quando o grupo racial branco é chamado a se implicar em relação à opressão racial o debate é considerado um *racismo às avessas*. Por exemplo, programas de implementação de ações afirmativas para grupos racializados são rechaçados, havendo um apelo apenas por políticas para resolver a desigualdade de classes. Raça, gênero e classe são invenções do processo de colonização, por isso, não podem ser

analisadas separadamente, mas sim, em sua interseccionalidade, as opressões se entrecruzam.

Nessa mesma análise sobre os lugares sociais, Ribeiro (2017, p. 49) frisa que “mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica”, o que, muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas, justamente por lutarem contra a violência do silêncio imposto. A margem não é só um espaço de faltas, mas também de potencialidades e resistência. Collins (2016 apud Ribeiro, 2017) aponta como é necessário aprender a tirar proveito desse lugar de *outsider*, pois esse espaço proporciona às mulheres negras um ponto de vista (*lugar de fala*) especial por conseguirem enxergar a sociedade através de um espectro mais amplo. “O lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Esse movimento de emergir da margem é um ato de resistência, de pensar suas próprias opressões e romper com o discurso colonial. O irromper do silêncio é incomodar, é conflitar e confrontar o *status quo*.

Entretanto, não é fácil constituir essa identidade de sujeito histórico e político e se fazer ouvir em uma sociedade onde o racismo estrutural determina hierarquias discursivas. hooks (2019, p. 36-37) afirma que “para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado.” O grupo social branco se beneficia da opressão racial e busca a manutenção desses privilégios. Não há um esforço ético para promover mudanças. As hierarquias raciais estabelecidas na sociedade não surgiram agora, elas são fruto de uma história de opressão e exploração do grupo que se constituiu como hegemônico sobre os grupos que foram subjugados.

O silenciamento da fala negra demarca a tentativa de apagamento intencional de uma história, e isso se reflete no cotidiano e no centro acadêmico. A desconsideração dessa fala, enquanto existência, reforça e

mantém a desigualdade racial. Mas para compreender as relações imbricadas nesse processo de inferiorização e desconsideração do grupo social negro se faz necessário apresentar o percurso sócio-histórico que culminou no colonialismo como o pai do racismo, a começar pelo conceito de raça. Silvio Almeida (2019) explica que o termo raça não tem uma etimologia definida, mas que pode-se dizer com segurança que seu significado sempre teve relação com o ato de estabelecer classificações, primeiro com plantas e animais e posteriormente entre seres humanos. "Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido esta inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado" (Almeida, 2019, p. 24).

Segundo o autor supracitado, em meados do século XVI com o contexto histórico da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu-se as portas para a construção do modelo ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu em homem universal (com destaque para o gênero) e todos os povos e culturas que não se encaixavam no padrão europeu eram vistos como menos evoluídos.

Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna. A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia quanto parece: é, na verdade um dos produtos mais bem acabados da história moderna e exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica. (ALMEIDA, 2019, p. 25)

O tão aclamado iluminismo também contribuiu para a propagação do racismo. O discurso iluminista centrado no modelo europeu fomentou o discurso racista que perdura até hoje. De acordo com Almeida (2019, p. 25) "o século XVIII e o projeto de iluminismo de transformação social deram impulso renovado à construção de um saber filosófico que tinha o homem como seu objeto principal." Com o advento do iluminismo diversas áreas do conhecimento se debruçaram para compreender o homem em suas múltiplas facetas: biologia, economia, psicologia e linguística. Esse projeto iluminista

lançou luz sobre o homem, mas esse homem eleito como representante de toda humanidade é homem branco europeu. Tudo que diz respeito ao branco europeu era tido como universal, sua religião, sua cultura, suas feições físicas e tudo que fosse diferente era tido como inferior. “Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo” (ALMEIDA, 2019, p. 26).

(...) uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da *civilização*. Essa mesma civilização que, no século seguinte seria levada para outros lugares do mundo, para os *primitivos*, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de Direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou colonialismo. (ALMEIDA, 2019, p. 26-27)

E nesse processo de se colocar como universal, o branco, promove a invisibilidade de outras formas de ser e existir no mundo. Passando a produzir hierarquias ao tomar o lugar de fala do grupo racial negro. "A convicção de superioridade racial é produto direto da transformação dos membros do grupo racial dominante como referência cultural, como referência estética, como referência de superioridade moral, de superioridade intelectual (...)" (MOREIRA, 2019, pag. 55). Para o autor representações culturais que sustentam os privilégios de pessoas brancas constroem pessoas negras como o oposto das qualidades positivas associadas às pessoas brancas.

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade brasileira tem uma herança escravocrata, que impacta diretamente na forma como pessoas negras vivenciam o racismo, sendo objeto dessa opressão, ocupando um *locus* social que restringe oportunidades. Ao passo que, pessoas brancas ocupam o lugar de quem se beneficia dessa

mesma opressão, queiram elas ou não. Nesse sentido, a fala é produto histórico e o silêncio também.

Kilomba (2008-2019, p.33) faz uma análise sobre a máscara que a mulher escravizada conhecida por Anastácia era obrigada a usar, o artefato tampava a sua boca. A boca simboliza a fala e a enunciação e no âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência. Segundo a autora “a principal função da máscara era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura.” Nesse sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. “Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os”. “Quem pode falar? O que acontece quando os subalternas/os falam? E sobre o que elas/es podem falar?” (KILOMBA, 2008/2019, p.33).

A metáfora da máscara do silenciamento está atualizada e se apresenta nos centros acadêmicos. Os referenciais teóricos são majoritariamente brancos, mesmo os autores críticos, essa crítica é branca, a formação acadêmica é perpassada com naturalidade pelo racismo epistêmico, não se lê autores negros. Kilomba (2008-2019, p. 50) é enfática ao afirmar que, “o centro acadêmico não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio da fala tem sido negado para as pessoas negras.” Historicamente, esse é um espaço onde pessoas negras tem estado sem voz e onde acadêmicos brancos têm desenvolvido teorias que formalmente construíram negros como o Outro inferior. Essas questões afetam o tocante a justiça social, há um apagamento que perdura por séculos e pensar lugar de fala é uma possibilidade de romper o silêncio, para que assim, seja possível construir uma sociedade onde as diferenças sejam vividas de forma equivalente e não como inferioridade.

Para hooks (2019, p. 38-39) “fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura”, que possibilita uma vida nova e um

novo crescimento. “Esse ato de fala, de ‘erguer a voz’, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de uma transição de objeto para sujeito - a voz liberta.” Indo ao encontro desse pensamento há a necessidade da escuta ativa e empática, a fim de construir um diálogo, pois “as desigualdades raciais são gestadas num contexto relacional, onde negros e brancos estão necessariamente colocados” (BENTO, 2014). Por se tratar de um problema de âmbito relacional é imperativo que o grupo privilegiado, em termos de lugar de fala, reconheça as hierarquias que estão postas a partir desse lugar impactando diretamente nos direitos de ser e existir de pessoas negras.

Pensar a fala como lugar dá suporte ético para falar sobre opressões que o indivíduo não sofre. Nesse sentido, é preciso movimentar muita empatia e conscientização sobre ser privilegiado por não sofrer tais opressões. É preciso examinar a linguagem, pois é através dela que significados são criados e vivenciados, “uma vez que falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 1952/ 2008, p. 33).

Quando uma pessoa negra denuncia um movimento racista em meio a um grupo de pessoas brancas, essa interdição moral é insuportável. O indivíduo é confrontado pelo ponto de vista do outro racializado. Os apontamentos das pessoas negras não são ouvidos, por mais que façam sentido, há um movimento de voltar-se contra o indivíduo que apontou o racismo, que falou demais, desconsiderando o seu lugar de fala.

Sobre a dificuldade que as pessoas brancas, enquanto grupo social tem de perceber seu racismo cotidiano, aquele incutido em pequenas escolhas do dia a dia. Sobre isso Kilomba alerta:

Como o racismo não é visto como um fenômeno social, aquelas/es que o enfrentam são sempre confrontadas/os com a mensagem de que suas experiências são decorrentes de sua própria sensibilidade excessiva e, por tanto, são de sua própria responsabilidade. (KILOMBA, 2008/2019, p. 138)

Confrontar o racismo é muito custoso como aponta Kilomba (2008/2019) o processo que o sujeito branco passa para alcançar a conscientização da branquitude e de si própria/o tem algumas etapas: negação; culpa; vergonha; reconhecimento e reparação. Quando finalmente chegar na fase da reparação o sujeito branco inicia um processo buscando dismantelar o próprio racismo ao invés de tentar provar que não é racista. Atos de reparação histórica são exemplos disso, como as políticas de ação afirmativas.

Os afetos também são perpassados pelas questões de gênero, raça e classe. Se vive-se em uma sociedade racista, as afinidades e formas de amar reproduzem racismo. Mesmo que o indivíduo não dê conta de fazer essa leitura, há racismo em cada escolha.

Falar de afetividade, de escolhas, de solidão é colocar em cheque (desmontar) os sistemas de preferência que prescindem a ideia de brasilidade,(...). Ou seja, é preciso compreender a construção dos alicerces dos discursos institucionalizados hegemônicos que, sistematicamente, qualificam e desqualificam os sujeitos e, por consequência, privilegiam uns em detrimento de outros, gerando, no contexto das relações, uma ilusória possibilidade de escolha pura, consciente e isenta de interferências eurocêntricas. (FERNASDES, 2018, apud PACHECO, 2013)

Alcoff (2016 apud Ribeiro, 2017) fala que é preciso compreender como o colonialismo reifica as identidades e como não é possível fazer um debate amplo sobre um projeto de sociedade sem enfrentar o modo pelo qual certas identidades são criadas dentro da lógica colonial. O colonialismo, além de criar, deslegitima ou legitima determinadas identidades e, por conseguinte, seus respectivos discursos. Djamila Ribeiro demarca bem a importância dessa análise:

Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falarem pelos outros,

quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais.
(RIBEIRO, 2017, p. 20)

Para Sawaia (2001, p. 119) identidade é a representação e constituição do eu como sujeito único e igual a si mesmo e o uso desta como referência de liberdade, felicidade e cidadania, tanto nas relações interpessoais como intergrupais e internacionais. Ela recorre a Ianni (1996) para definir que identidades locais são recriadas a partir de características como raça, religião, etnia, para se refugiar da globalização homogeneizadora. Aqui, pode-se entender como o colonialismo busca a universalização das identidades. A própria Sawaia (2001, apud Sousa Santos, 1994) fala que só o colonizado pergunta por sua identidade, e que dificilmente encontra-se um inglês perguntando pela própria. Ele pergunta pela do outro. De acordo com a autora a identidade esconde negociações de interesse, choques de interesses, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como sua manutenção. Portanto não basta perguntar sobre identidade, é preciso saber quem pergunta.

Segundo Ribeiro (2017) "existe um olhar colonizador sobre os corpos, saberes, produções do sujeito negro e, para além de refutar esse olhar, é preciso que se parta de outros pontos." Nesse sentido, para romper com a definição dada pelo outro, para superar a questão de ser falada, é necessário partir do seu locus social enquanto potencialidade, enquanto uma outra perspectiva de interpretar os fatos sociais. A margem é também um lugar que pode possibilitar a ressignificação de identidades do sujeito negro como aponta a psicanalista negra Neusa Santos Sousa:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUSA, 1983, p. 17-18)

Ribeiro (2017) fala que a mulher negra está em um não lugar, e esse não lugar é doloroso, mas também é um lugar de potência. A partir da compreensão do lugar de fala, que demarca realidades que foram apagadas dentro da normatização hegemônica, está dada a possibilidade da descolonização enquanto um processo de mão dupla, que abrange o colonizado e o colonizador. Ao colonizador a possibilidade de reparação e ao colonizado a possibilidade de falar em seu próprio nome, de tornar-se sujeito de sua própria história.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é uma revisão de literatura do tipo “narrativa”, uma imersão em bibliografias sobre a temática racial, de onde se delineou o tema "lugar de fala", sob a abordagem qualitativa de caráter exploratório. Entende-se por revisão narrativa, aquela que abrange publicações com temas amplos, consistindo em uma análise da literatura que permite uma interpretação crítica pessoal do autor (ROTHER, 2007).

Segundo Echer (2001) a revisão de literatura busca verificar a posição de diversos autores sobre uma questão, sendo fundamental para reconhecer a unidade e a diversidade interpretativa existente sobre um eixo temático em que se insere o problema de estudo, para ampliar, ramificar a análise interpretativa, bem como para compor as abstrações e sínteses que qualquer pesquisa requer colaborando para a coerência nas argumentações do pesquisador. Sendo um espectro de possibilidades para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Nesse sentido, esse trabalho será embasado por diversos autores das áreas da Filosofia, Sociologia com produção científica no tema, e tendo como eixo estruturante a Psicologia Sócio-Histórica. Sendo, os livros, adquiridos por

meio de doações através de um projeto da Winnie Bueno, a Winnieteca, que se propõe a doar livros novos para pessoas negras. Bem como, demais materiais disponibilizados em periódicos, a saber: Scielo, PePSIC, CAPES e Google Acadêmico, utilizando descritores como *Lugar de fala e Psicologia*, *Discriminação racial e Psicologia*, e *Racismo e Psicologia*. Todos os materiais consultados foram na língua portuguesa e dizem de dados secundários, pois se tratam de informações já disponíveis para consulta.

E a partir do levantamento bibliográfico inicial, dedicou-se a leitura prévia do material levantado, identificando pontos de convergência teórica entre os referenciais. A base de escolha e seleção pautou-se naqueles que se dispunham a analisar o fenômeno dentro de uma perspectiva sócio-histórica e cultural. Nessa pesquisa observou-se que o tema lugar de fala, enquanto locus social, praticamente não é abordado pela Psicologia, sendo encontrado apenas um artigo, o que diz que esse conceito é relativamente novo para a Psicologia e potencial para interlocuções.

Para percorrer o caminho escolhido para essa travessia de forma ética e coerente com o que esse estudo se propõe, a maioria dos autores são negros e abordam uma perspectiva decolonial. Visto que aqui pretende-se problematizar o racismo epistêmico e o saber eurocêntrico como universal.

3 ANÁLISE DA PESQUISA

Ser negro é ser violentado em seu lugar de fala. Ribeiro (2017) sistematiza o conceito lugar de fala enquanto um lugar social ocupado por pessoas que pertencem a determinados grupos sociais subalternizados. E que a partir desse lugar são consideradas atores sociais competentes ou não, lugar de fala demarca lugar de identidades. Como proposto por Kilomba (2008, 2019) que apresenta a enunciação discursiva enquanto sistema simbólico carregado

de significados, convergindo com o pensamento de Lane (1989) que também aponta a linguagem como produto sócio-histórico, que demarca a ideologia de determinado grupo social, e por que não, o seu lugar de fala.

Para as autoras supracitadas a linguagem, que é mais do que articulação de palavras, é um ato de fala, uma ação de potência e mediação como proposto também por Vigotski (1962, 2000). A linguagem sustenta relações assimétricas de poder, entendendo o ato de fala como a própria expressão de humanidade. E nesse sentido, lugar de fala determina quem pode falar e sobre o que se pode falar. Quem são os historicamente silenciados e quem tem sua fala ouvida e considerada? Quem pode produzir conhecimento e que tipo de conhecimento é aceito como tal? Os saberes do grupo racial negro tem sido suprimidos e ocultados historicamente.

Para se compreender lugar de fala nas relações raciais é preciso saber que quando autores como Almeida (2019) e Ribeiro (2017) discutem raça, não o fazem no âmbito biológico, mas enquanto um construto sócio-histórico que foi consolidado pelo ideal de homem no iluminismo e posteriormente pelo colonialismo. Esse processo que constituiu o homem branco europeu como exemplo de humanidade universal é legitimado culturalmente ao longo dos séculos, criando a falácia da superioridade racial trazida por Moreira (2019). Processo esse, que vem negando o direito a cidadania às pessoas negras, pois constitui ferramenta fundamental para a desigualdade social entre brancos e negros.

Ao se estabelecer o homem (aqui gênero é importante) branco europeu como referência de cultural, estético, moral e intelectual, automaticamente, tudo que diferia desse *padrão* era considerado primitivo, lê-se inferior e/ou sub-humano. Nesse sentido, está dado o processo sócio-histórico que constituiu raças humanas com peso de status biológico. O que explica a realidade social, onde as pessoas brancas tem a falsa concepção de que certos espaços lhes pertencem por direito *natural* como é possível perceber nas colocações de

Bento (2002) e Ribeiro (2017) quando falam respectivamente sobre a herança inconsciente do grupo racial branco e a dificuldade de se pensarem enquanto racializados.

Nesse raciocínio, pode-se inferir como diz Kilomba (2008, 2019) que pessoas negras não são bem vindas no centro acadêmicos e demais espaços de poder. A autora diz que o centro acadêmico é um "espaço branco", logo pode-se compreender e problematizar que o conhecimento é referendado por autores brancos, mesmo os críticos, é uma crítica branca. É possível observar que o conhecimento e o status de cientificidade estão diretamente ligados à autoridade racial, e essa *raça* com autorização para falar sobre tudo e sobre todos é a *raça* branca. Pois como explanado por Ribeiro (2017) o grupo racial branco se constituiu historicamente como humanidade universal, logo fala por todos. Sawaia (2001) também tece uma análise sobre o processo de universalização do colonizador ao apresentar como identidades são recriadas através da hierarquização das diferenças.

A sociedade racista rechaça o negro que ousa se posicionar sobre o debate das relações raciais, pois isso implica o branco, como demarca Bento (2014). Quando se aponta o racismo o outro aponta de volta. hooks (2019) ao analisar a história das mulheres negras que buscaram superar o silêncio, notou que elas tinham sua sanidade mental questionada como forma de desqualificação de sua fala. Mas que mesmo assim o silêncio ainda seria muito mais danoso e adoecedor, tanto no âmbito individual quanto no social. Pois para a autora esse processo de emergir do silêncio para a fala é libertador, é potencialidade para a transição de objeto para sujeito. Romper com o paradigma do colonizador é cicatrizar o que sangra e regenerar a lesão história causada pela colonização.

Esta entre os princípios éticos da Psicologia contribuir para a quebra dessa visão dominante. Dessa perspectiva acrítica e a-histórica que promove discriminação e *apartheid* através desse silenciamento. A Psicologia deve se

fazer valer de seu compromisso ético-político em combater quaisquer formas de discriminação, exploração, violência e opressão, bem como o seu dever em promover a qualidade de vida das pessoas e das coletividades. Para tanto, é imprescindível esse debate, para que os próprios psicólogos não atuem na perpetuação dessas opressões. A violência do racismo subtrai do sujeito negro o seu lugar de fala, o seu direito à existência digna, ou seja, o reconhecimento de sua humanidade.

As autoras Kilomba (2008, 2019) e Ribeiro (2017) falam sobre a possibilidade de descolonização, esse processo implica o grupo social branco e o negro. As pessoas brancas precisam entender que elas também são afetadas pelo racismo, não da forma como afeta o negro, mas em um benefício perverso. Pensamentos do tipo *somos todos iguais* caem por terra quando grupos raciais são tratados de forma diferente. Nesse processo cabe as pessoas brancas reconhecer seus privilégios sociais e históricos, compreender a luta por igualdade de direitos, de um estreitamento no ponto de partida. E quem sabe, assim, caminhar para uma reparação histórica. E as pessoas negras a oportunidade de tomar o seu lugar de fala, de revelar as potencialidades da margem, ao contarem sua própria história, falar em seu próprio nome e assim tornar-se sujeito ao saber-se negra como nos traz Sousa (1983).

É preciso quebrar a máscara do silenciamento, metáfora apresentada por Kilomba (2008, 2019), onde ela descreve o desejo do colonizador em manter o colonizado de boca fechada, silenciado e sendo falado pelos outros. A história do povo negro é contada pelos brancos a seu bel prazer. Quando pessoas negras falam sobre racismo (do seu lugar de fala) são desconsideradas, quando são os brancos a falarem, são creditados e aplaudidos como se estivessem inventando a roda. Pois historicamente homens brancos definem as premissas para a validação do conhecimento, assim a fala desse grupo se sobrepõe a outras perspectivas. Pessoas negras

são agentes de conhecimento, é preciso que a Psicologia se apresente como uma das ciências e dos fazeres tencionadores dos padrões vigentes, para que os marcos de validação dos saberes não sejam monopolizados pelo grupo hegemônico. Se falar é existir para o outro, como demarca Fanon (1952/2008), então, que pessoas negras possam romper o silenciamento e alçar para a existência digna, ouvida e considerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do compromisso ético-político da Psicologia foi realizada a discussão acadêmica sobre os processos segregatórios constituídos por meio das relações raciais. E para tanto utilizou-se o conceito lugar de fala através da análise sócio-histórica em interface com a Psicologia Social com o objetivo de desnudar a naturalização das representações sociais do branco e do negro na sociedade. Um processo histórico que dá ao primeiro status de humanidade universal e ao segundo tratamento sub-humano. É possível olhar para a história do negro e justificar a sua atual posição social, mas a mesma reflexão não é feita em relação ao branco. A herança da colonização e escravidão aparece para o negro, mas a herança da branquitude não aparece para o branco.

As conquistas das pessoas brancas são vistas como méritos do sujeito. De uma forma mascarada há uma reatualização histórica dos conflitos raciais silenciados ao longo dos séculos, o que não é resolvido fica sempre voltando, como o recalcado. A desigualdade racial se mantém e se repete como um sintoma social, como um lastro histórico, que não é superado. O lugar de fala do grupo racial branco é o do privilégio, o que tem autoridade para falar sobre tudo. O lugar de fala do grupo racial negro é interpelado pelo branco.

Diante das hierarquias sociais, é preciso entender o saber como instrumento de transformação, pois ajuda a compreender como os sistemas de

dominação tomam o lugar de fala de pessoas negras e minam suas subjetividades. Muitas pessoas negras produzem conhecimentos apesar de não serem reconhecidas pelos centros acadêmicos. Embora sabe-se que a visibilidade das questões étnico-raciais aumentaram nas últimas décadas, os saberes do grupo racial negro ainda não se constituem de forma valorativa como os saberes do grupo social hegemônico. Esta posto na sociedade o silenciamento do povo preto, a ausência nos espaços acadêmicos, e nos lugares de poder.

O conhecimento é uma ferramenta poderosa de empoderamento, aqueles que se encontram na margem tem potencial para falar sobre si mesmos e analisar a sociedade a partir de suas perspectivas. Toda a sociedade só tem a ganhar com esse saber e a riqueza de suas análises. As transformações sociais perpassam pela quebra do silêncio dos grupos racializados e abrange a reparação história. É preciso ouvir quem sempre teve o que dizer e nunca foi escutado. Ler autores negros é um ato político, é uma possibilidade de descolonização, um enfrentamento da visão do saber eurocêntrico como universal. Assim como o é, ouvir o que esse grupo tem a dizer sobre diversos temas da sociedade, principalmente quem não está dentro dos centros acadêmicos.

Pensar lugar de fala em interface com a Psicologia Sócio-histórica é romper com o silenciamento que dilacera subjetividades, é vislumbrar possibilidades de existência digna, de superação do discurso hegemônico. É também problematizar os saberes psicológicos sobre as questões étnico-raciais dentro do proposto pelos princípios fundamentais do Código de Ética. É compreender que o protagonismo é do grupo social negro, que lugar de fala dá a possibilidade do entendimento da margem para além do lugar de falta, mas lugar de potencialidade. É preciso rever os referenciais teóricos e práticas que levam em consideração a construção sócio-histórica de nossa sociedade e suas implicações para os indivíduos, brancos e negros envolvidos nessa

relação. A perspectiva aqui tratada é uma provocação à formação acadêmica em Psicologia, buscando tencionar teorias e práticas, que ainda se encontram dentro de uma abordagem eurocêntrica. Almeja-se que o negro não seja mais o objeto de estudos, mas sujeito da pesquisa, que tenha respeitado o seu lugar de fala, a sua existência enquanto ator social competente. Assim como essa discussão teórica é uma possibilidade de humanizar a Psicologia e seu discurso sobre o negro.

É isso que esse trabalho pretende ser, um ato de fala, de quem fala do seu lugar de fala, este imperfeito e incompleto, como tudo na vida e na academia, porém digno de ser materializado e ouvido. As obras apresentadas aqui precisam chegar a mais pessoas, pois conhecer é o primeiro passo para se implicar no processo de transformação social, em prol de uma sociedade mais justa. E por último, mas não por fim, ancorado na possibilidade da liberdade advinda da consciência, espera-se que este trabalho possa, de alguma forma, encorajar a enunciação de outras falas acadêmicas negras, livres, potentes e eticamente comprometidas.

“LUGAR DE FALA” (SPEAKING SPACE) AS SOCIAL LOCUS:AN ANALYSIS OF STRUCTURAL RACISM

ABSTRACT

Before the compromise ethical-politic of the Psychology in combat the discriminations and the social oppressions, searchedit self problematize the racism, your constitution and social and subjectives representantions startingof the concept “placeof speak”, in the interface with the Social- Historical Psychology. Thisstudy configure itself as a bibliography review of the type of narrative, by exploratory character and the nature qualitative that propose itself to contribute with the discussion about the theme. Therefore, was necessary to presente the principal elements constituents of the coinage of concepts of race, of the manifestations and existences of structural racism, in between the route social-historical of the process of colonization and constitution of brasilian society. Starting of constructo “place of speak”, her demarcation while

social locus, intended the investigation of racism, as process sociological and psychosocial, even recognize as a myriad phenomenon and possible for be analyse for different aportes. Thus, aimed at contribute for the discussion about the theme, starting by the critic and reflexive Psychology that lend itself to reinforce “voices” by those that always were objects of white speech, speech unstuck of a existence carnal of discrimination and promoter of asymmetric relations of power.

Key-words: Racism. Speaking space. Socio-historical psychology.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, M. A. S.; CARONE, I. Org. **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. ed. 6. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENTO, M. A.S. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de doutorado. **USP**. São Paulo. 2002.

BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M; FURTADO, O. **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005.

_____. CREPOP. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. ed. 1. Brasília. 2017.

ECHER, I. C. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista gaúcha de enfermagem**. Porto Alegre. Vol. 22, n. 2. p. 5-20. 2001.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, E. G. A cor do amor: o racismo nas vivências amorosas de mulheres negras. Dissertação de mestrado. **Universidade Federal de Rondônia**. Porto Velho. 2018

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANE, S. T. M. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOREIRA, A. J. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20,n. 2, editorial, abr./jun.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf> Acesso em: 20set .2020.

SAWAIA, B. B. Org. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, B. B. Identidade: uma ideologia separatista. ed. 2. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. v. 4. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.